

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 15/09/2014 - Edição 1123

Vigilantes lançam campanha pelo Piso Nacional de R\$ 3.000 no Estado do Rio

A campanha pelo Piso Nacional de R\$ 3.000 para os vigilantes foi lançada neste sábado (13), em Niterói (RJ). O encontro aconteceu na Câmara de Vereadores e contou com a presença do presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, da vereadora de Niterói, Verônica Lima (PT), do vereador de São Gonçalo, José Carlos Vicente, de dirigentes dos sindicatos de Barueri (SP), Goiânia (GO), Distrito Federal, Mesquita e Nilópolis, Itaguaí e Seropédica e Itaperuna, Sindicato dos Bancários de Niterói e dezenas de trabalhadores. O



Está lançada a Campanha Nacional pelo Piso Nacional dos Vigilantes. Evento ocorreu neste sábado (13), em Niterói (RJ)



Vigilantes de São Paulo, Goiás, Distrito Federal e Rio de Janeiro participaram do ato de lançamento.

ato foi organizado pela CNTV e os Sindicatos dos Vigilantes de Niterói e região, Petrópolis e região e Duque de Caxias.

No evento foram discutidos os rumos da categoria e os próximos passos para a mobilização em torno da campanha pelo piso unificado. Uma moção foi aprovada pelo plenário como apoio dos vigilantes do Estado do Rio de Janeiro ao Piso Nacional dos Vigilantes.

Caravanas de diversas cidades tomaram o as galerias da Casa Legislativa como: Petrópolis, Duque de Caxias, Niterói, São Gonçalo, além de vários vigilantes da cidade do Rio de Janeiro e de outros municípios da Baixada Fluminense.

Piso Unificado de R\$ 3.000

O valor de R\$ 3 mil está inserido no plano de lutas da confederação, de federações e sindicatos e leva em consideração estudo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos),



Campanha pelo Piso Nacional tem adesão de vigilantes do Brasil inteiro. Assim como no adicional de 30%, o piso precisa da mobilização da categoria para se tornar realidade.



Vigilantes de todo o país estão reunidos para lutar por mais um objetivo: Piso salarial nacional de R\$ 3 mil.

desgaste físico e mental resultado da atividade desenvolvida, entre outros fatores que apontam o valor como o mínimo justo para a categoria.

Os Sindicatos convocam a categoria a se mobilizar pela aprovação do Projeto de Lei 4238/2012 do Senador Marcelo Crivela (RJ). O PL apresentado pelo Senador em 2012 foi aprovado no Senado com uma proposta de três pisos (de acordo com o grau de risco - máximo, médio e mínimo, nos valores de R\$ 1.100, 950 e 800,

respectivamente). Agora está na Câmara dos Deputados, que constituiu em maio último uma Comissão Especial. No dia 10 de junho a Comissão realizou uma audiência pública, com a nossa presença e a dos patrões. Os sindicatos defendem um piso único sem distinção de grau de risco. Os patrões até disseram já concordar com um piso nacional e único (sem variação de grau de risco), ficando o valor para a negociação na Câmara.



Fonte: Svnit

Vigilante, participe desta luta!

PF fecha empresa clandestina de vigilância em Curitiba



Uma empresa de vigilância clandestina foi fechada pela Polícia Federal na última quinta-feira, 11, em Curitiba (PR). A partir de uma denúncia, a PF organizou a ação de fiscalização que resultou, também, na prisão de uma pessoa.

No local, foram confirmadas as irregularidades denunciadas. A empresa não possuía autorização de funcionamento, expedida pela PF, e capturava sinal de rádio na frequência da Polícia Militar, o que levou o proprietário a ser preso por

crime contra as telecomunicações.

Alguns equipamentos foram apreendidos e levados para a Superintendência da Polícia Federal em Curitiba.

A CNTV e os sindicatos filiados estão sempre atentos à situação das empresas, para garantir locais de trabalho adequados aos trabalhadores. Nos casos de irregularidade, encaminhamos as denúncias à Polícia Federal para que sejam investigadas. Fonte: CNTV

Carta aberta à classe trabalhadora e aos presidentiáveis

Por Jorge Souto Maior, Graça Druck, Lincoln Secco, Paulo Arantes, Marcus Orione, Luiz Renato Martins, Flávio Batista, Gustavo Seferian, Guilherme Guimarães Feliciano, Valdete Severo e Luis Carlos Moro*



Pelo fim de toda forma de terceirização de trabalho

A terceirização pulveriza a classe trabalhadora, impedindo sua luta coletiva (sindical) e precarizando as suas condições de vida e de trabalho.

Acima de qualquer retórica de que a terceirização se trata de uma reengenharia moderna do processo produtivo, essencial à competitividade das empresas, estando permitida, juridicamente, pelos princípios da livre iniciativa e da liberdade contratual, o fato concreto é que a terceirização, que foi introduzida nas relações de trabalho no Brasil em 1974, pela Lei n. 6.019, ampliando seu alcance a partir de 1993, com a Súmula 331, do TST, que, inclusive, traz a contradição de ter o mérito de restringir a terceirização, só tem gerado sofrimento à classe trabalhadora, sem qualquer benefício concreto à economia nacional, sendo que, juridicamente, fere os princípios

do valor social da livre iniciativa, da melhoria da condição social dos trabalhadores, da função social da propriedade, do desenvolvimento da economia sob os ditames da justiça social e da dignidade humana.

Os dados concretos são inquestionáveis: os terceirizados recebem salários mais baixos que os demais trabalhadores; são alvo de um número bem mais elevado de acidentes do trabalho; são vítimas de segregação no ambiente de trabalho, sendo, conseqüentemente, alvo do assédio moral provocado pela invisibilidade e pela forma descartável como são tratados; constituem a maioria dos trabalhadores resgatados na condição de trabalho análogo ao escravo; são literalmente jogados de um local de trabalho para outro sem qualquer previsibilidade ou critério; têm constantemente alterado o seu horário de trabalho; não recebem direitos básicos e encontram grandes entraves para cobrar esses direitos, seja pela dificuldade da ação coletiva, seja pelos problemas de ordem processual criados pelo número excessivo de tomadores de serviço ou pela própria precariedade econômica da maioria das empresas de prestação de serviços.

A situação é talvez ainda mais grave no setor público.

Primeiro, porque sem o permissivo constitucional a terceirização no setor público representa um sério atentado à conquista democrática do concurso público.

Segundo, porque exacerba a lógica da precarização na medida em que a contratação se dá em favor da empresa que apresenta o menor preço (o que, claro, também se dá no setor privado, ainda que de forma não institucionalizada).

Terceiro, porque diante das sucessivas trocas de prestadoras, os trabalhadores acabam ficando sem gozar férias (ainda que recebam o valor correspondente), o que pode

perdurar por anos.

E quarto, por conta do problema adicional de ordem processual, que dificulta a responsabilização do ente público pelo pagamento aos trabalhadores dos direitos não respeitados.

A experiência real da terceirização pode ser verificada nos inúmeros processos que a cada dia tramitam nas Varas do Trabalho de todo o país, assim como nos diversos segmentos em que foi implementada de forma mais ampla.

Ocorre que a compreensão dos efeitos deletérios da terceirização e demais formas de precarização está bastante evidenciada entre os trabalhadores e estes já demonstraram a sua força para, nos últimos anos, barrar os projetos que visavam minar ainda mais os seus direitos, como se deu, recentemente, com o ACE e o Projeto de Lei n. 4.330.

No quadro atual, ademais, a eleição para a Presidência da República é o momento decisivo para que os trabalhadores deixem a postura defensiva a que foram submetidos desde a década de 90 e passem à luta por melhores condições, que tem como ponto central o fim de toda forma de terceirização, sobretudo porque, surfando na onda da eleição (e da eterna “crise econômica”), alguns segmentos empresariais estão se valendo da sua força exatamente para tentar ampliar a terceirização.

Os problemas em torno da educação, moradia, saúde e transporte são tão relevantes para a classe trabalhadora quanto às garantias para sua ação política e a terceirização é a fórmula básica de uma desarticulação dos trabalhadores.

Sem desprezar outras formas de luta, não se pode deixar de perceber que neste momento o voto representa uma grande arma para os trabalhadores, sendo que o posicionamento dos presidentiáveis

a respeito do tema, terceirização, que é propositalmente negligenciado nos debates, deve ser decisivo para a sua escolha.

No Programa de Governo da candidata Marina Silva há uma clara defesa de ideais neoliberais. As posições parecem mesmo reproduções do projeto tucano da década de 90, deixando evidenciada uma prevalência da racionalidade econômica sobre o humano. Ainda que com esforço retórico faça menção à preservação de políticas sociais, o conteúdo ideológico do programa se revela quando, por exemplo, diz que “A formação de capital humano é o nosso maior desafio”, ou quando escora-se no fundamento típico da pregação neoliberal da chamada “abertura de mercados”, que, no fundo, aniquilou a produção nacional e incentivou a especulação internacional. A respeito, o Programa propõe: “Aumentar a competição internacional em todos os setores a fim de forçar a eficiência das empresas brasileiras”.

No aspecto da legislação trabalhista traz a mesma ladainha, utilizada na década de 90 (que já havia sido explicitada no início da ditadura militar), de que as conquistas históricas da classe trabalhadora serão respeitadas: “O Brasil conta com uma legislação trabalhista construída ao longo de mais de 70 anos de história. Ela assegurou vários avanços. Essas conquistas históricas serão preservadas.”

Chega mesmo a reforçar a ideia, apregoando que “Assegurar o bem-estar e a melhoria de vida dos trabalhadores é uma bandeira importante do socialismo democrático...” (...) “Daí o compromisso com a preservação dos direitos conquistados em anos de luta”...

Mas escorrega na vala comum do neoliberalismo ao reproduzir a velha cantilena de que “É necessário

atualizar a legislação”.

E por “atualização”, entenda-se: ampliar a terceirização, no mesmo estilo do que se defendeu na década de 90. A terceirização aparece no Programa, mais de uma vez, como uma espécie de pedra fundamental para o aumento do faturamento das empresas.

Além disso, reitera-se o argumento principal de que os entraves jurídicos à implementação de uma terceirização em larga escala representam obstáculos ao desenvolvimento do país:

Existe hoje no Brasil um número elevado de disputas jurídicas sobre terceirização de serviços com o argumento de que as atividades terceirizadas são atividades fins das empresas. Isso gera perda de eficiência do setor, reduzindo os ganhos de produtividade e privilegiando segmentos profissionais mais especializados e de maior renda.

Disciplinar a terceirização de atividade com regras que a viabilizem, assegurando o equilíbrio entre os objetivos de ganhos de eficiência e dos de respeito às regras de proteção do trabalho.

Ou seja, na visão do Programa de Marina, o problema do Brasil são os terceirizados e as entidades que tentam garantir a esses trabalhadores os seus direitos. A solução preconizada é retirar a resistência protagonizada pelo Direito do Trabalho, deixando que, no livre jogo do comércio, com a corda da ameaça do desemprego em virtude de uma infundável crise econômica no pescoço, os trabalhadores abram mão, por sua “livre vontade”, de seus direitos históricos, o que fica ainda mais favorecido sem a resistência sindical, pois a terceirização, como dito inicialmente, pulveriza a classe

trabalhadora.

Ou seja, o projeto econômico da presidenciável Marina retroage em 20 (vinte) anos nos ataques às garantias dos trabalhadores, pondo em grave risco a própria economia nacional, que, vale repetir, somente não foi à bancarrota em 2008 por conta da resistência que a classe trabalhadora, com apoio decisivo da comunidade acadêmica e de entidades representativas de magistrados, procuradores e advogados trabalhistas, impôs ao projeto neoliberal no final da década de 90/início dos anos 2000.

É evidente que uma arma decisiva que os trabalhadores possuem para impedir esse retrocesso é o voto. Mas é de todo conveniente verificar o posicionamento dos demais candidatos a respeito desse assunto, pois no governo do PT as tentativas para avançar na terceirização também se apresentaram e estão expressas, inclusive, no projeto de lei, apresentado pelo governo, que regula o SUT – Sistema Único do Trabalho (PL 6.573/2013).

A Presidenta Dilma, é verdade, disse estar muito preocupada com o impacto do programa de governo da presidenciável Marina, “no que diz respeito à terceirização do trabalho no Brasil”.

E asseverou:

Eu fico muito preocupada e queria dizer que eu não fui eleita para desempregar ou reduzir a importância da indústria, principalmente aquela que pode ser uma indústria que tenha grande absorção de tecnologia e inovação, e não serei reeleita para isso.[1]

Isso, no entanto, é muito pouco para uma definição da classe trabalhadora, ao menos nesse aspecto, em favor da Presidenta, ainda mais diante do histórico recente do apoio de seu governo às tentativas de diminuição das garantias trabalhistas que vieram no ACE e no PL 4.330, destacando-se, ainda, o PL 6.573, já citado.

De todo modo, a Presidenta tem a oportunidade, a partir da presente carta, de explicar qual é exatamente a posição de seu governo com relação à terceirização, sendo que o mesmo se requer, por oportuno, de todos os demais candidatos.

Aguardemos as respostas!

São Paulo, 05 de setembro de 2014.

*Os autores são professores universitários (USP e UFBA) e estudiosos das relações de trabalho no Brasil.

**VIGILANTE
PISO NACIONAL
3 MIL REAIS**

CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES

UAI
CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF